

CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA N.º 1 AO PROJETO DE LEI N.º 42/2023

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n.º 42/2023, que *“Institui o Programa Municipal de Vigilância e Monitoramento da Rede Municipal de Ensino”*.

Modifique-se a Ementa do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Institui o Programa de Vigilância e Monitoramento nas escolas públicas municipais e privadas do município de Ubá.”

Modifique-se o caput do Art. 1º do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 1º Fica instituído o Programa de Vigilância e Monitoramento em todas as escolas públicas municipais e privadas do município de Ubá.”

Modifique-se o caput do Art. 2º do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 2º Todas as escolas públicas municipais e privadas, do município de Ubá, devem contar com câmeras de videomonitoramento.”

Modifique-se o Art. 2º, §2º, do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 2º (...)

(...)”

§2º As câmeras de que trata o caput serão instaladas na entrada do estabelecimento e pátios de convivência comum.”

Modifique-se o Art. 2º, §3º, do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 2º (...)

(...)”



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

§3º Os equipamentos deverão dispor de recursos de gravação e armazenamento de imagens.”

Modifique-se o Art. 2º, §4º, do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 2º (...)

(...)”

§4º A instalação dos equipamentos citados “caput” considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes nas unidades escolar, bem como as suas características territoriais e dimensionais.”

Modifique-se o Art. 3º do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 3º As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de que trata esta Lei não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para instrução de processo administrativo ou judicial.”

Modifique-se o Art. 4º do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 4º As escolas da rede privada que desobedecerem ao disposto nesta Lei, poderão sofrer as seguintes sanções:

I – Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMG), na primeira transgressão.

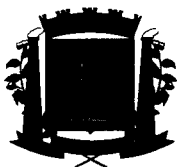
II – Multa em dobro a cada reincidência.”

Modifique-se o Art. 5º do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.”

Modifique-se o Art. 6º do Projeto de Lei n.º 42/2023:

“Art. 6º Esta Lei entra em vigor após 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.”



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ubá/MG, 13 de dezembro de 2023.

José Damato Neto
VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO

JUSTIFICATIVA

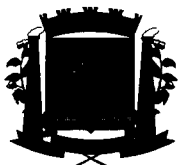
Esta alteração pretende delimitar que os efeitos da Lei recaiam somente para as escolas municipais, públicas privadas.

Foram também realizadas alterações no sentido de aperfeiçoar a redação do Projeto de Lei,

E, por fim, acrescentamos dispositivo que prevê multa para os estabelecimentos privados que descumprirem o disposto na futura Lei.

Para melhor entendimento do leitor, colaciono abaixo o Projeto de Lei atualizado com as Emendas apresentadas.

Conto, portanto, com o apoio dos demais pares.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 42/2023

Institui o Programa de Vigilância e Monitoramento nas escolas públicas municipais e privadas do município de Ubá.

A Câmara Municipal de Ubá decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Vigilância e Monitoramento em todas as escolas públicas municipais e privadas do município de Ubá.

Parágrafo único. Este programa tem como objetivo estabelecer medidas de reforço à segurança em escolas no âmbito do Município de Ubá, delimitando uma série de protocolos de prevenção, identificação e ação frente a possíveis ataques que possam representar risco à integridade física de estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar.

Art. 2º Todas as escolas públicas municipais e privadas, do município de Ubá, devem contar com câmeras de videomonitoramento.

§1º O sistema de monitoramento de que trata o caput deste artigo se destina exclusivamente a preservação de segurança, à prevenção de atos de violência, *bullying* e outros que ponham em risco a segurança dos servidores e alunos.

§ 2º As câmeras de que trata o caput serão instaladas na entrada do estabelecimento e pátios de convivência comum.

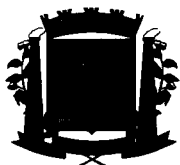
§ 3º Os equipamentos deverão dispor de recursos de gravação e armazenamento de imagens.

§ 4º A instalação dos equipamentos citados “caput” considerará proporcionalmente o número de alunos e funcionários existentes nas unidades escolar, bem como as suas características territoriais e dimensionais.

Art. 3º As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de que trata esta Lei não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para instrução de processo administrativo ou judicial.

Art. 4º As escolas da rede privada que desobedecerem ao disposto nesta Lei, poderão sofrer as seguintes sanções:

I – Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (UFEMG), na primeira transgressão.



CÂMARA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

II – Multa em dobro a cada reincidência.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor após 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.